



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

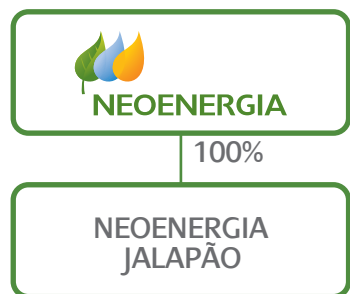
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema – Gilbués II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito, com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Gilbués II; Linha de Transmissão Gilbués II – Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Gilbués II e término na Subestação Barreiras II. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2023. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$126.000, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	3	639.410	939.602
Custos dos serviços		(307.960)	(714.244)
Custos de construção	4	(306.056)	(713.268)
Custos de operação	4	(1.904)	(976)
Lucro bruto		331.450	225.358
Perdas esperadas de créditos		(5)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(4.202)	(1.694)
Lucro operacional		327.243	223.664
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	1.195	2.637
Despesas financeiras	5	(102.790)	(28.706)
Outros resultados financeiros, líquidos	5	(568)	5
		(102.163)	(26.064)
Lucro antes dos tributos		225.080	197.600
Tributos sobre o lucro		(76.527)	(67.184)
Diferido	6	(76.527)	(67.184)
Lucro líquido do exercício		148.553	130.416
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	14.2	0,27	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	148.553	130.416
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	148.553	130.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	124.844	699	12.471	819	138.833	138.833
Capital integralizado	113.642	-	-	-	-	113.642
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	130.416	130.416
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	6.521	-	-	(6.521)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	123.895	-	(123.895)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	238.486	7.220	136.366	819	382.891	382.891
Capital integralizado	52.400	-	-	-	52.400	52.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	148.553	148.553
Destinação do lucro: (nota 14.2.b)						
Reserva legal	-	7.428	-	-	(7.428)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	105.844	-	(105.844)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(35.281)	(35.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	290.886	14.648	242.210	819	548.563	548.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema – Gilbués II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito, com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Gilbués II; Linha de Transmissão Gilbués II – Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Gilbués II e término na Subestação Barreiras II. A Companhia iniciou parcialmente sua operação comercial em 29 de dezembro de 2021, iniciando a partir de então o fluxo financeiro de entrada da RAP, sendo ainda previsto a operação comercial de forma integral em janeiro de 2022. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021-2022 é de R\$149.299, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

1.1. **Corona vírus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. b) **Impactos nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance da Companhia para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento.

1.2. **Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alcada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*. • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor. • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial. • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*. • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.2. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Linha de Transmissão	Circuito	Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas			
		Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operacional	Vencimento da Operação
LT Miracema – Gilbués II	3	500kV	418	09/03/2023	09/03/2048
LT Gilbués II – Barreiras II	2	500kV	311	09/03/2023	09/03/2048

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Linha de Transmissão	Investimento Realizado no exercício findo em		Investimento Realizado no exercício findo em	
	31/12/2020 (R\$ Mil)	31/12/2021 (R\$ Mil)	31/12/2020 (R\$ Mil)	31/12/2021 (R\$ Mil)
LT Miracema – Gilbués II	71%	717.479	93%	306.056
LT Gilbués II – Barreiras II				

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$126.000.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Pro- porcional		Índice de reajuste	Correção
		(R\$ mil)	(R\$ mil)		
LT Miracema – Gilbués II	Neoenergia Jalapão	126.000	126.000	Julho	IPCA
LT Gilbués II – Barreiras II	Neoenergia Jalapão			Julho	IPCA

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras regulatórias e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	148.553	130.416
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	25	48
Tributos sobre o lucro	76.527	67.184
Resultado financeiro, líquido	102.163	26.064
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	(548)	-
Estoques	-	5.727
Concessão serviço público (ativo contratual)	(700.962)	(1.045.313)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(126.401)	175.221
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(490)	1.121
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	61.543	112.011
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(1.776)	(825)
Outros ativos e passivos, líquidos	15.409	(11.957)
Caixa líquidos consumido nas operações	(425.957)	(540.303)
Encargos de dívidas pagas	(11.239)	-
Rendimento de aplicação financeira recebidos	1.201	2.737
Tributos sobre o lucro pagos	-	(20)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(435.995)	(537.586)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.688)	(162)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(3.688)	(162)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	52.400	113.642
Captação de empréstimos e financiamentos	234.644	524.000
Pagamento dos custos de captação	-	(3.934)
Mútuos recebidos (aplicados)	51.794	-
Caixa oriundo das atividades de financiamento	338.838	633.708
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(100.845)	95.960
Caixa e equivalentes no início do exercício	145.775	49.813
Caixa e equivalentes no final do exercício	44.930	145.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	2021	2020	Varição
(+) Receita líquida	639.410	939.602	(300.192) -32%
MARGEM BRUTA	639.410	939.602	(300.192) -32%
(+) Custos de construção	(306.056)	(713.268)	407.212 -57%
(+) Outros custos	(1.904)	(976)	(928) 95%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(4.202)	(1.694)	(2.508) 148%
= Despesa Operacional	(312.137)	(715.890)	403.753 -56%
(-) PECLD	(5)	-	(5) 0%
EBITDA	327.268	223.712	103.556 -46%
(-) Depreciação	(25)	(48)	23 0%
(-) Resultado Financeiro	(102.163)	(26.064)	(76.099) 292%
(-) IJR/CS	(76.527)	(67.184)	(9.343) 14%
LUCRO LÍQUIDO	148.553	130.416	18.137 -14%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 639.410 mil, -32% vs. 2020 e -R\$ 312.137 mil, -56% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 327.268 mil, aumento de 46%, em relação ao ano de 2020. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 102.163 mil em 2021 (+292% vs. 2020). A variação é devida principalmente a contratação de novos financiamentos em 2021 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2021 de R\$ 148.553 mil, um incremento de 14% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 857.878 mil (dívida líquida R\$ 812.948 mil), apresentando um aumento de 59% em relação a dezembro de 2020, quando a dívida bruta foi de R\$ 538.848 mil (dívida líquida R\$ 393.073 mil). Em dezembro de 2021, a Companhia contava com 99,9% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela Neoenergia Jalapão, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Jalapão e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Jalapão.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentem expectativas e projeções da Neoenergia Jalapão sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	44.930	145.775
Contas a receber de clientes e outros	8	548	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1,3	995	671
Outros tributos a recuperar		357	159
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	149.846	-
Outros ativos		3.465	1.496
Total do circulante		200.141	148.101
Não circulante			
Outros tributos a recuperar		21	21
Depósitos judiciais		2.680	854
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12	1.708.554	1.154.369
Imobilizado		3.367	191
Intangível		669	182
Total do não circulante		1.715.291	1.155.617
Total do ativo		1.915.432	1.303.718
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	62.437	188.270
Empréstimos e financiamentos	11	1.226	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.306	1.796
Outros tributos a recolher	6,2	3.264	6.382
Dividendos a pagar	14	35.281	-
Contas a pagar de operações de mútuo	13	58.975	-
Outros passivos		962	190
Total do circulante		163.451	196.638
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	856.652	538.848
Outros tributos a recolher	6,2	171.902	106.779
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1,2	150.835	74.308
Provisões	12	16.364	1.068
Outros passivos		7.665	3.186
Total do não circulante		1.203.418	724.189
Patrimônio líquido	14		
Atribuído aos acionistas da Companhia		548.563	382.891
Total do patrimônio líquido		548.563	382.891
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.915.432	1.303.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

tros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permissível (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5%a.a. e 11,5%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para a viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

2021				
	Outras receitas (despesas) gerais	Operacionais e administrativas	Total	
Pessoal	(6.402)	(761)	(3.594)	(10.757)
Material	(93.926)	(35)	-	(93.961)
Serviços de terceiros	(196.939)	(8)	(126)	(197.073)
Depreciação e amortização	-	-	(25)	(25)
Provisão para processos judiciais	-	-	(2)	(2)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(13)	(13)
Outros	(8.789)	(1.100)	(442)	(10.331)
Total custos / despesas	(306.056)	(1.904)	(4.202)	(312.162)

2020				
	Outras receitas (despesas) gerais	Operacionais e administrativas	Total	
Pessoal	(5.489)	(976)	(1.495)	(7.960)
Material	(500.105)	-	-	(500.105)
Serviços de terceiros	(207.300)	-	(144)	(207.444)
Depreciação e amortização	-	-	(48)	(48)
Outros	(374)	-	(7)	(381)
Total custos / despesas	(713.268)	(976)	(1.694)	(715.938)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.201	2.737
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(60)	(129)
Atualização de depósitos judiciais	50	29
Outras receitas financeiras	4	-
	1.195	2.637
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(95.609)	(18.782)
Encargos sobre mútuo	(3.479)	-
IOF	(1.974)	(9.833)
Outras despesas financeiras	(1.728)	(91)
	(102.790)	(28.706)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(568)	5
	(568)	5
Resultado financeiro, líquido	(102.163)	(26.064)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

6.1. Tributos sobre o lucro: 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	225.080	197.600
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(76.527)	(67.184)
Tributos sobre o lucro - diferido	(76.527)	(67.184)

6.1.2. Tributos diferidos

	IR/CSLL	2021	2020
Ativo			
Provisão participação nos lucros e resultados		2.123	1.310
Prejuízo fiscal e base negativa		134.873	28.031
Outros		636	26
Total diferenças temporárias - ativo		137.632	29.367
Passivo (-)			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato		(581.266)	(247.920)
Total diferenças temporárias - passivo		(581.266)	(247.920)
Total diferenças temporárias - líquido		(443.634)	(218.553)
Alíquota de IR e CS		34%	34%
Tributos sobre o lucro diferidos passivo, líquido		(150.835)	(74.308)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(74.308)	(7.124)
Efeitos reconhecidos no resultado	(76.527)	(67.184)
Saldo final do exercício	(150.835)	(74.308)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2023	2024	2025	2026	2027
Ativo fiscal diferido	2.049	2.570	3.564	4.681	33.931

6.1.3. Tributos correntes ativos

	2021	2020
Imposto de renda - IR	991	667
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	4	4
Tributo sobre o lucro a recuperar	995	671

6.2. Outros tributos a recolher

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	2.527	3.209
Programa de integração social - PIS (1)	30.675	19.049
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (1)	141.297	87.744
Impostos e contribuições retidos na fonte	526	297
Outros	141	2.862
Circulante	175.166	113.161
Não circulante	3.264	6.382
	171.902	106.779

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

6.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o ativo contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	78	55
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	100.377
Fundos de investimento	44.852	45.343
	44.930	145.775

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021		2020	
	Receível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos	
Concessionárias	553	(5)	548	
	553	(5)	548	

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2021		2020	
	Receível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos	
A vencer	553	(5)	548	
	553	(5)	548	

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2021	2020
Saldo inicial do exercício		
Adições	(5)	-
Saldo final do exercício	(5)	-

8.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.154.369	107.988
Receita de construção	546.020	993.340
Remuneração do ativo contratual	158.555	53.041
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(944)	-
Saldo final do exercício	1.858.400	1.154.369
Circulante	149.846	-
Não circulante	1.708.554	1.154.369

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permissível (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2021	2020
Materiais e serviços	62.437	188.270
Total	62.437	188.270

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Dívida líquida

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos bancários	215.870	-
Agências de fomento	642.008	538.848
Empréstimos e financiamentos (nota 11.2(a))	857.878	538.848
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(44.930)	(145.775)
Dívida líquida	812.948	393.073

11.2. Empréstimos e financiamentos: a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2021	2020
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	861.388	542.613
(-) Custos de transação	(3.510)	(3.765)
	857.878	538.848

	2021	2020
Circulante	1.226	-
Não circulante	856.652	538.848

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

	Principal(1)	Juros(1)	Total
2024	47.782	69.939	117.721
2025	50.006	67.045	117.051
2026	50.006	62.945	112.951
Entre 2027 e 2031	250.030	258.583	508.613
Entre 2032 e 2036	250.030	164.084	414.114
2037 em diante	296.941	76.403	373.344
	944.795	698.999	1.643.794

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos de juros futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	538.848	-
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	234.644	524.000
Pagamento de encargos de dívida	(11.239)	(3.934)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	95.625	18.782
Saldo final do exercício	857.878	538.848

11.3. Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisão para processos judiciais cíveis (nota 12.1)	4.137	1.068
Provisão para obrigações ambientais (i)	12.227	-
	16.364	1.068
Não circulante	16.364	1.068

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação. **12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.068	-
Adições e reversões, líquidas (i)	2.224	975
Atualizações monetárias	845	93
Saldo final do exercício	4.137	1.068

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis (i)	165	32
Processos trabalhistas (ii)	96	-
Processos fiscais (iii)	749	724
	1.010	756

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação / reequilíbrio salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interstaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

|--|

NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.567/0001-51 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

16.6. Métodos e técnicas de avaliação: Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **16.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	44.852	4.104	(1.026)	(2.052)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	(861.373)	(121.899)	(23.840)	(47.681)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores
 Fabiano Uchoas Ribeiro
 Juliano Pansanato de Souza

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo - CRC-SP-338760/O-6
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 Luciana Maximino Maia

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 17 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP-027612/F
 Thiago Rodrigues de Oliveira
 Contador CRC 1SP259468/O-7

